

Os desafios da arte na educação e as associações de área: uma perspectiva histórica

Challenges of art education and associations of the area: a historical perspective

resumo

O presente trabalho aborda o histórico da arte/educação e do ensino de arte nas escolas, relacionando essa temática ao surgimento e atuação das associações da área de conhecimento em arte, dando ênfase a todas as linguagens. Registra sumariamente os períodos em que tal relação configurou-se e de que maneira foram sendo encontradas as saídas para o embate de natureza política junto aos órgãos públicos, gestores, professores de arte e agentes culturais. Analisa, com base na literatura e na própria vivência do autor, as propostas recorrentes nos colóquios de especialistas, discutindo as estratégias de interferência nas políticas públicas e nas instituições escolares e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: História da arte/educação; ensino da arte; políticas públicas.

abstract

This paper discusses the art's education history and teaching art in schools, relating this theme to the appearance and performance of associations in the field of knowledge in art, emphasizing all languages. Join summarily periods which the relationship was configured and how the outputs have been found for the clash of political nature with public agencies, managers, art teachers and cultural agents. Analyzes, based on literature and own experience of the author, the proposals applicants in talks to experts, discussing the strategies of interference with public policies and educational and cultural institutions.

KEYWORDS: History of art education; teaching of arts; public policy.

Adotando-se uma perspectiva epistemológica, a discussão do presente tema assume ares de muita complexidade, haja visto a significativa produção acadêmica sobre o assunto efetivada nas três últimas décadas. Contudo, com base em algumas dessas pesquisas, a exemplo de Barbosa (2008), infere-se que esses avanços ainda não se sedimentaram na sua maioria junto às práticas de instituições educativas e culturais, salvo exceções.

Tendo como base os estudos da área de arte/educação¹ pode-se dizer que no curso da história as conquistas foram sendo implantadas progressivamente, sendo que foi com a obrigatoriedade da educação artística na escola que adveio a necessidade de formação de professores, e com ela a criação dos cursos superiores, tendo como consequência a absorção dos egressos nas escolas, centros culturais etc. A partir do momento em que os arte/educadores, professores de arte, artistas, pesquisadores e estudantes passaram a se organizar em associações civis (anos 1980-90), tornou-se visível o conhecimento que vinha sendo produzindo, ao tempo em que foram protagonizadas páginas importantes da história nacional.

Contudo, observa-se que certos problemas cruciais ainda são recorrentes embora a forma de encará-los tenha se modificado, possivelmente em decorrência de uma aparente apatia que tomou conta da sociedade em relação às questões de natureza política. Afinal, os tempos são outros e talvez não tenha sido preservado

na sua plenitude um certo afã que tomava conta das pessoas durante o período mais difícil da ditadura militar e também na fase da redemocratização, o qual levava os segmentos sociais a terem uma postura mais crítica e propositiva. Por isso mesmo torna-se importante ajustar o foco de análise do tema proposto neste artigo, na tentativa de contribuir para o debate através de uma análise que leva em conta a literatura como a própria vivência do autor no movimento mencionado.²

Mesmo considerando que os avanços conseguidos ao longo desses anos não foram poucos,³ alguns dos graves problemas do passado ainda impedem que se possa cumprir a determinação constitucional relativa à formação cultural e artística do povo brasileiro. Para efeito meramente didático esses entraves podem ser assim sumariados: i) são poucos os professores formados na área que atuam no magistério em arte; ii) há carência de formação continuada; iii) a improvisação de profissionais ainda é uma característica das mais visíveis nas escolas; iv) a carga horária dedicada ao desenvolvimento do conteúdo é insuficiente; v) as condições de trabalho são inadequadas; vi) não há ambiente propício à prática do ensino que possa atender as necessidades das linguagens artísticas; vii) faltam também equipamentos e material didático; viii) os centros culturais encontram dificuldades em financiar projetos de arte/educação; xix) os salários pagos aos profissionais não são convidativos. Outros condicionantes poderiam ser citados, sendo são esses os mais evidentes.

1. No âmbito desse trabalho considera-se que o significado do termo *arte/educação* tem um lastro histórico ainda mais abrangente que a atividade educativa vinculada às linguagens da arte na educação formal, dirigindo-se também ao comunitário e às tradições memoriais, e utilizou-se a designação *arte* quando o sentido refere-se apenas ao ensino formal.

2. O período restrito que trata este artigo data dos anos 1980 até os dias atuais, coincidentemente quando o autor era professor de educação artística da rede pública do Distrito Federal, tendo dali saído para atuar na Universidade Federal do Maranhão.

3. As conquistas mais recentes mencionadas acima são: aperfeiçoamento da legislação educacional; difusão de possibilidades advindas da prática (teorias e métodos); incremento de linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação; aumento considerável de profissionais no mercado de trabalho, dentre outras.

Embora o quadro acima esboçado seja rechaçado em algumas instituições educativas que desenvolvem propostas qualitativas e meritosas, ele contribui para a desvalorização da área de conhecimento em arte, no ambiente escolar e fora dele, tornando-se necessária uma atitude de inconformismo que não pode ser assumida isoladamente mas sim pela sociedade civil organizada. Nesse contexto, qual o papel das associações de arte/educadores, professores, pesquisadores e estudantes de arte? Como contribuir para o aperfeiçoamento das propostas pedagógicas e estéticas dirigidas à produção e recepção crítica da arte? De que maneira se pode garantir que essas propostas sejam implantadas na sua plenitude? Como o movimento organizado pode assessorar legisladores e gestores na proposição de políticas públicas coerentes?

A discussão em torno dessas questões tem preocupado diversos grupos de especialistas e esteve em voga nos congressos recentes, além de se constituir na temática central desta revista que comemora os vinte anos da ABEM. Tais justificativas, *per se*, demonstram a atualidade e importância da temática ora discutida, mas antes de tratar do tema de maneira mais direta, faz-se necessário resenhar um breve histórico, conforme se segue.

Panorama da arte na educação e sua relação com as associações de área

Embora as raízes do ensino da arte remontem à educação jesuítica, foram as mudanças estruturais que marcaram a educação no século passado que contribuíram

decisivamente para a consolidação da presença da arte na escola, que, até então, era tida apenas como “forma de elevação espiritual das elites ou meio de transmissão de lições para as classes desfavorecidas” (Santana, 2003, p. 143). Naquele mesmo período ocorreu uma certa valorização da arte perante a sociedade, como consequência da revolução pós-industrial que consolidou novos valores e formas de atuação na vida prática, requerendo a arte em diversos aspectos da vida social, inclusive nas indústrias, empresas e instituições. Dessa maneira, emergiram concepções, finalidades e métodos que, polvilhados ao sabor de inovações advindas das pedagogias libertárias, passaram a ser concretizados nas práticas escolares, nos espaços comunitários e nas instituições culturais.

A ruptura com a educação tradicional se deu inicialmente na efervescência do *Movimento dos pioneiros pela escola nova* e através da difusão das propostas metodológicas de educadores como Freinet, Montessori, entre outros, ao passo que remontam aos anos 1930 as experiências pioneiras de Anita Malfati e Mário de Andrade, relativas ao ensino em ateliês. Entretanto, foi baseada no pensamento do filósofo e crítico de arte inglês Herbert Read que a ideia de educação através da arte ganhou força também no Brasil, em decorrência da atuação das escolinhas de arte de Augusto Rodrigues⁴, que tinham a arte como experiência vinculada ao aprendizado e ao desenvolvimento expressivo. A partir daquele momento teve início um vigoroso movimento social que foi impulsionado pelas manifestações de contracultura, anos mais tarde, quando as vanguardas artísticas e os educadores partidários da pedagogia crítica davam o tom

4. A primeira Escolinha de Arte do Brasil foi criada em 1948, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Augusto Rodrigues, Lúcia Valentim e Margareth Spencer, sendo que nos anos seguintes se deu uma expansão expressiva desse movimento em outras cidades brasileiras, inclusive em países da América do Sul. A pernambucana Noêmia Varela garantiu a permanência deste ideário mantendo viva a última de suas sedes, em Olinda, que ainda se encontra em atividade.

das mudanças que cintilavam no espaço da educação formal, informal e não-formal. O fragmento a seguir é elucidativo:

Foram significativos os projetos de alfabetização de adultos baseados na Pedagogia do Oprimido, as atividades dos CPC da União Nacional dos Estudantes, a atuação dos grupos de teatro Arena, Oficina, Opinião, as oficinas de arte no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) e os movimentos de luta popular da Igreja Católica [...] Augusto Boal cria o Teatro do Oprimido, que vai ter uma influência marcante como elemento pedagógico nas comunidades de base nos movimentos de luta e na resistência política em toda a América Latina. Vale ressaltar a inserção da gravura como meio panfletário dos movimentos de esquerda. (BRASIL, 2005, p. 173).

O grande salto deu-se com a obrigatoriedade da educação artística no ensino de 1º e 2º graus (lei 5692/1971), mesmo que esta fosse considerada oficialmente apenas uma atividade educativa e não uma disciplina do currículo, surgindo as nomenclaturas artes cênicas, artes plásticas e música. Sabe-se dos graves problemas criados pela ideia da educação artística *polivalente*, que desencadeou o espontaneísmo como regra didática na sala de aula, e com ele a pecha de que *tudo pode nas aulas de artes...*⁵ Contudo, naquele período histórico apresentou-se a necessidade da formação de professores, colaborando “decisivamente para a expansão do ensino das artes em nível superior e ocasionando a emergência da

pesquisa acadêmica em um campo até então inexplorado” (Santana, 2003, 144).

Tendo como base as experiências realizadas no decorrer da década de 1970 e o conhecimento ali produzido, emerge, nos anos 1980, como forma de rechaçar a proposta polivalente implantada compulsoriamente pelo Conselho Federal de Educação durante o regime militar, um movimento de transformação capitaneado pelas recém criadas associações regionais de arte/educadores, o qual demonstrou ter muita capilaridade em todo o país, desembocando na constituição da Federação de Arte/Educadores do Brasil / FAEB e com isso contemplando as diversas linguagens de arte. Já nos anos 1990, com a consolidação dos cursos superiores nas universidades e a criação dos programas de pós-graduação, foram surgindo novas associações de áreas específicas, e os congressos dessas entidades tornaram-se importantes oportunidades de diálogo entre professores, artistas, pesquisadores e estudantes de arte, reverberando um debate que antes era restrito às instituições formadoras, conselhos e secretarias de educação. Também datam daquele período o surgimento da própria Associação Brasileira de Educação Musical / ABEM e a organização estudantil em prol dessas questões conceituais.⁶

Contudo, a expectativa de ver a arte como componente obrigatório do currículo nos

5. A bibliografia que trata o assunto é vasta e vale a pena ser visitada como forma de advertência dirigida às novas gerações, para evitar que sejam repetidos os erros copiados as fórmulas. Ver: Barbosa (2008); Marques (2010); Santana (2000); Santos et al (2011), entre outras referências voltadas para a história da arte/educação.

6. São as seguintes as associações citadas acima: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas / ANPAP; Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas / ABRACE; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música / ANPPOM; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação / ANPEd - GT Arte e Educação (este GT foi criado apenas em 2007). Por sua vez, os estudantes têm suas formas particulares de organização e promovem todos os anos o Encontro Nacional dos Estudantes de Artes / ENEART.

diversos níveis da educação básica – conforme rege o artigo 26 § 2º da lei 9394/1996 –, teria que ser, como de fato foi, bandeira de luta de um movimento que influenciou os legisladores do Congresso Nacional, os políticos e administradores do sistema educacional, bem como a sociedade de maneira geral. O ensaio de Richter (2008) discute pormenorizadamente como se deu o embate entre arte/educadores e legisladores durante a elaboração e o processo de votação da citada lei, atestando a importância da atuação das associações então existentes. A mesma estratégia de ação se repetiu quando o Conselho Nacional de Educação elaborou as diretrizes curriculares da educação básica e do ensino superior, bem como no momento em que o MEC constituiu grupos de trabalho para a formulação dos parâmetros e orientações curriculares para as escolas; atualmente, sob razoável vigília das associações, outras políticas estão sendo implantadas no sistema educacional – tais como o ENEM, PROEXT, PIBID, Escola Aberta, entre outras – possibilitando melhores condições para a plena formação cultural do povo brasileiro, mesmo que isso não se estenda para a grande maioria da população, ainda.

Após garantir sua presença oficial no currículo, tendo como designação o termo arte e como complemento as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro, esta área passou a integrar os projetos pedagógicos de escolas públicas e particulares. Ocorre que, mesmo possuindo *massa crítica*, representatividade institucional e acervo bibliográfico consistente – fruto do trabalho de pesquisadores, especialistas e estudantes publicado em livros, revistas, anais de congressos, sítios eletrônicos etc. –, os problemas tratados anteriormente assombram a realidade como fantasmas reinventados,

posto que até mesmos as conquistas se embaralham no trato com a realidade. Por sua vez, as escolas não conseguem qualificar o ensino das linguagens artísticas nem cumprem as exigências postas pela letra da lei, a exemplo da inclusão de exigências pertinentes à cultura afro-descendente e minorias étnicas (lei 10639/2003 e outras) ou ainda a obrigatoriedade legal do ensino da música (lei 11769/2008). Neste sentido, infere-se que a conjuntura atual agravou o panorama esboçado para a arte/educação.

Tendo como meta atualizar a discussão tratada acima e considerando as diferentes óticas pinçadas nos grupos de especialistas, o XXI Congresso da FAEB, realizado em novembro de 2011, em São Luís, proporcionou ao público um debate em torno do ensino da arte, na tentativa de investigar a ótica das associações, reunindo pesquisadores vinculados a ABEM, ANPEd e ABRACE, além da própria FAEB. Por sua vez a ABEM, por ocasião do seu vigésimo congresso anual, ocorrido naquele mesmo ano na cidade de Vitória, realizou o simpósio intitulado *A sinergia entre as associações de classe: FLADEM, ABEM, FAEB e ISME*. A discussão nos dois eventos foi bastante instigante, além de ter o sabor de uma certa retomada na agenda das lutas históricas, contando com a colaboração de platéias ativas e críticas.

O assunto acima vislumbra o mote do presente artigo – qual seja o de apresentar o estado da discussão sobre as políticas públicas e sua relação com o movimento das associações – mas antes de aprofundá-lo torna-se essencial desvelar os rastros deixados pelos eventos da FAEB, os quais se constituem em tentativas de construção identitária dos arte/educadores, dos professores e estudantes de arte.

A FAEB e seus congressos nacionais⁷

Como vem ressaltando a pesquisadora Ana Mae Barbosa em seus livros e palestras, é de bom alvitre considerar a experiência cumulativa do tempo, pois sem a consciência desse fluxo que vem do passado “fica parecendo que cada geração inventou a roda”⁸. Sobretudo num momento em que muitos jovens passaram a integrar as associações, torna-se relevante fazer um relato sintético acerca dos feitos pela FAEB e do movimento de transformação da educação brasileira capitaneado por essa entidade.

A FAEB é a primeira entidade nacional da área de arte e congrega a ação de professores e pesquisadores que são responsáveis por uma produção significativa referente ao assunto, seja na escola básica como nos cursos de graduação e pós-graduação. Representa o Brasil junto à International Society of Education through Art / INSEA, Conselho Latino Americano de Educação pela Arte / CLEA e Organização Ibero-Americana de Educação pela Arte / OIE, integrando uma rede de entidades que almejam o fortalecimento da criação artística, difusão e acesso a cultura.

Desde a sua criação, em 1987, vem empreendendo um vigoroso movimento em favor da presença da arte na educação brasileira, mobilizando debates e pesquisas em torno das linguagens artísticas tanto no âmbito escolar como não-formal, incluindo a qualificação profissional e a pós-graduação,

tendo realizado vinte e um congressos científicos⁹, oportunidades em que foram divulgadas pesquisas e propostas, as quais, hoje, representam, na perspectiva da literatura especializada, uma produção intelectual significativa sobre pesquisa e ensino das artes.

Na perspectiva da pós-graduação, a FAEB é responsável pela criação do primeiro curso de especialização em arte – na UFPb no início dos anos 1980 – ao passo que, hoje, seus associados integram programas de importantes instituições de ensino superior brasileiras. Outra característica da FAEB é que se constitui numa entidade representativa não somente do pessoal da pós-graduação, dando vez e voz aos autores que produzem ideias e práticas em nível de graduação e educação básica, prevalecendo em suas iniciativas um diálogo pautado na diversidade e na integração de profissionais e estudantes.

Atualmente congrega dezessete associações e núcleos regionais, e contando com esse apoio de base em todas as regiões do Brasil, a FAEB vem configurando uma trajetória de conquistas consolidadas em diversas frentes, conforme ocorreu durante a Assembléia Constituinte de 1988, quando os arte/educadores se posicionaram em favor das liberdades democráticas e do direito a educação e cultura; na pressão sobre o Congresso Nacional durante o processo de discussão da LDB que consolidou a presença da arte no currículo da escola básica; na interlocução junto ao Conselho Nacional

7. O texto desta seção foi escrito originalmente em parceria com a vice-presidente da FAEB, Profa. Dra. Leda Maria de Barros Guimarães, sendo autorizado por ela para integrar o presente artigo, embora tenham sido feitas algumas mudanças com o objetivo de atender ao propósito em tela. In: <http://faeb.com.br/livro/Breve%20Historico%20da%20FAEB%20e%20dos%20CONFAEB.pdf>, acesso em 13/02/2012.

8. A discussão acima foi desenvolvida no XXI CONFAEB na mesa-redonda *História do ensino da arte em processo*, da qual participaram os doutores Afonso Medeiros e Lucimar Bello Frange.

9. Os CONFAEBs foram realizados nas seguintes cidades: Brasília (três vezes); Florianópolis, Campinas e Goiânia (duas vezes); São Paulo, Porto Alegre, Belém, Recife, Campo Grande, Macapá, Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Crato, Belo Horizonte e São Luís (uma vez). O próximo evento (2012) acontecerá em São Paulo.

de Educação no momento da elaboração das diretrizes para o ensino superior e básico; na luta junto aos poderes públicos por conquistas que assegurassem a qualidade do trabalho arte/educativo na escola e na comunidade, dentre outras frentes. Recentemente a FAEB reivindicou a inclusão dos conteúdos de arte na matriz do INEP voltada para a seleção de docentes para a educação básica, além de ter apoiado a reivindicação feita pela diretoria da ABEM quanto à qualificação dos concursos públicos, dirigida ao MEC.

Entretanto, o palco de luta da FAEB mais significativo tem sido os seus congressos nacionais, que colocam em pauta as questões e abordagens mais significativas da área e possibilitam o intercâmbio de ideias e propostas. Os dois primeiros, realizados respectivamente em Taguatinga (1988) e Brasília (1989), tiveram a discussão centrada na formação do professor e na LDB, ao passo que a tônica do terceiro (1990) foi a questão da sensibilidade, tendo sido organizado pela Associação dos Arte-Educadores de São Paulo. A partir do quarto congresso, realizado com o apoio da Associação Gaúcha de Arte-Educadores, em Porto Alegre (1991), a FAEB afirmou-se como entidade forte em nível nacional, pois ali estiveram mais de mil participantes e treze conferencistas internacionais, entre eles Elliot Eisner, então presidente da International Society for Education Through Art / INSEA.

Em 1992 Belém sediou o V Congresso da FAEB, organizado pela Associação de Arte/Educadores do Pará, e paralelamente às apresentações, oficinas e conferências, foi realizado o 1º Fórum sobre os Currículos dos Cursos de Artes. Já o primeiro Congresso da FAEB na região Nordeste aconteceu em Recife, em 1993, quando este evento passou a denominar-se CONFAEB, sendo ali realizado o 2º Fórum de Currículos com a participação de representantes do MEC. Em 1994 foi a vez de Campo Grande sediar três eventos paralelos

(VII CONFAEB; III Encontro Latino-Americano de Arte/Educadores; II Fórum Nacional de Avaliação e Reformulação do Ensino Superior das Artes), quando o poder público demonstrou abertura para a discussão acerca dos problemas da educação artística, pela primeira vez.

O VIII CONFAEB ocorreu em Florianópolis (1995) sob responsabilidade da UDESC, dando ênfase às questões curriculares de natureza teórica e metodológica, ao passo que, no ano seguinte, a AAESP organizou a nona edição do evento com o apoio da PUC de Campinas. Aquele encontro teve um caráter marcadamente político, pois ali foi discutida a versão preliminar da LDB a ser aprovada pelo Congresso Nacional em seguida, além de abrigar uma mesa redonda voltada para a história da própria FAEB, integrada por alguns dos seus ex-presidentes. Macapá foi a cidade escolhida para sediar o X CONFAEB, em 1997, onde foi comemorada festivamente a aprovação da LDB e as primeiras iniciativas do poder público relativas aos seus desdobramentos – diretrizes, PCN etc. No ano seguinte, novamente em Brasília, o evento colocou em pauta o tema *Arte: políticas educacionais e culturais no limiar do século 21*, contando com o apoio da Associação de Arte/Educadores do Distrito Federal e da Universidade de Brasília.

O XII CONFAEB aconteceu em Salvador (1999) tendo como tema a questão *É possível ensinar arte? Globalização, identidade e diferenças*, sendo que as dificuldades daquele momento conturbado impediram a manutenção da regularidade do evento nos anos seguintes. Em 2001 aconteceu o XIII CONFAEB na cidade paulista de Campinas, voltado para a discussão do ensino da história e análise de perspectivas para o ensino da arte, ocorrendo em paralelo o 1º Festival Sul-Sudeste de Arte sem Barreiras.

Para realização do XIV CONFAEB em 2003 foi imprescindível o apoio da Faculdade de Artes Visuais da UFG, sendo ali tratado o tema *Arte/educação e culturas do ensinar e do*

aprender. Na assembléia geral da entidade foi aprovada a Carta de Goiânia, que registrou as reivindicações que seriam levadas para o governo federal, dentre elas uma petição dirigida ao Conselho Nacional de Educação solicitando a mudança da designação da área de *educação artística* para *arte*.¹⁰ No ano seguinte, no histórico prédio do Ministério da Cultura (Rio de Janeiro) aconteceu o XV CONFAEB, com o apoio da FUNARTE, afirmando-se a convicção de que a arte é imprescindível como matéria prioritária do currículo, a partir de uma temática voltada para a trajetória e políticas para o ensino de arte no Brasil.

Tendo como foco a temática *Unidade na diversidade: tendências, conceitos e metodologias no ensino da arte*, Ouro Preto sediou o XVI CONFAEB, em 2006, promovido em conjunto pela Associação Mineira de Arte-Educação, UFOP, UFMG, Prefeitura de Municipal e Fundação de Arte de Ouro Preto. No ano seguinte, em Florianópolis, foi a vez de serem avaliados os vinte anos de história da FAEB, num evento que foi apoiado pela Associação dos Arte/educadores de Santa Catarina e pela UDESC.

A realização do XVIII CONFAEB deu-se na região do Cariri cearense (2008), tendo como objetivo promover a aproximação dos arte/educadores locais com as reflexões de âmbito nacional. É importante registrar que essa estratégia encontrou muita ressonância na cidade do Crato, onde as caravanas de professores e estudantes vindas do interior eram visivelmente grandes e significativas em termos de representatividade. No ano seguinte a Escola de Belas Artes da UFMG recebeu o XIX CONFAEB, realizado paralelamente com o Congresso Latino-Americano e Caribenho de Arte/Educação e com o Encontro Nacional de

Arte/Educação, Cultura e Cidadania. Tendo como tema central *Concepções contemporâneas*, esses três eventos proporcionaram uma reflexão acerca da arte/educação, tendo como inovação a possibilidade de participação virtual dos congressistas inscritos em qualquer parte do mundo.

A marca da interatividade foi mantida no evento de 2010, sediado mais uma vez na cidade de Goiânia, contando com a parceria estabelecida entre a Faculdade de Artes Visuais da UFG e o Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte, acontecendo em paralelo o 7º Encontro de Arte/Educadores do Estado de Goiás. Coerente com o tema proposto – *Indivíduos, coletivos, comunidades, redes* – o evento teve uma mesa dedicada à formação de professores de arte na modalidade a distância.

No ano da graça de 2011, a cidade de São Luís deu suporte físico e sentimental ao processo de reflexão acerca das teorias e práticas edificadas em torno do ensino de arte formal, informal e não formal, tratando da temática *Culturas da pesquisa – arte, educação e tecnologia*, com o aval da Universidade Federal do Maranhão e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia / Campus Centro Histórico. Ocorrido paralelamente ao XI Encontro Humanístico, o XXI CONFAEB apresentou como novidade a valorização dos trabalhos artísticos (espetáculos, mostras e audições) que tiveram igual tratamento ao destinado aos trabalhos ditos científicos.

Para concluir esse breve relato acerca da história da FAEB e de seus congressos adverte-se que não foram mencionados os eventos de âmbito regional e local, ocorridos sempre com o apoio da entidade e geralmente contando com a participação dos membros da diretoria, embora esses colóquios tenham tido importância

10. O ofício assinado pelo então presidente da FAEB José Mauro Ribeiro (datado de 2004) conseguiu o seu intento somente quatro anos depois, quando foi aprovado pelo CNE o parecer autorizando a mencionada alteração.

privilegiada no movimento dos arte/educadores e na difusão das propostas e bandeiras de luta.

Desafios e possibilidades no âmbito das ações políticas

À guisa de conclusão deste artigo, retoma-se a partir de agora a discussão relacionando a arte/educação e as associações de área frente aos avanços e desafios de natureza política que se apresentam na esfera social, trazendo à tona os assuntos pinçados nos encontros de especialistas. Considera-se que a possibilidade de discutir a perspectiva histórica dessa relação, as tendências políticas e os rastros deixados pelos atores sociais que transitam nesse espaço político, pedagógico e cultural é algo de importância salutar para o movimento empreendido pelos profissionais que militam nesse ramo do conhecimento, na tentativa de “compreender a evolução do pensamento dos arte/educadores brasileiros ao longo de vinte anos de lutas e reflexão teórica” (Richter, 2008, p. 334).

Sumariando os conteúdos tratados nas seções precedentes, assinalou-se que as entidades associativas da área de arte surgiram como forma de organizar um movimento que tinha o fito de rechaçar o modelo implantado pela ditadura militar. Constatou-se que o citado movimento se alicerçou na composição ensejada pelos grupos de especialistas vinculados às linguagens artísticas, contando com o apoio direto das instituições de ensino superior e

também com a participação dos estudantes de arte. Dando ênfase ao histórico da FAEB verificou-se que a atividade preponderante desenvolvida pelas entidades são os seus congressos – ali as pessoas se reúnem, intercambiam idéias, atualizam conhecimentos, discutem estratégias de interferência nas políticas públicas e nas instituições, decidem os rumos que as publicações devem adotar na perspectiva editorial, dentre outras atividades. Observou-se finalmente que nos anos 1980 as associações tinham um cunho mais político-ideológico, ao tempo em que na década seguinte a perspectiva centrou-se num caráter identitário vinculado às áreas do saber e atuação dos diferentes agrupamentos de profissionais.

Conforme observou a pesquisadora Luciana Gruppelli Loponte em mesa-redonda promovida pelo XXI CONFAEB¹¹, verifica-se nos últimos anos uma tendência na estrutura dos encontros científicos promovidos pelas associações da área de arte, onde se nota uma considerável renovação de quadros em decorrência do crescimento do “número de novos mestres e doutores, cuja formação tem acontecido principalmente em programas de pós-graduação”¹², fato este que somou-se ao surgimento dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq/Lattes.¹³ Na mesma ocasião a palestrante arrematou uma preocupação latente de escolas e universidades, a saber:

Para o próximo ano [2012] um novo impasse: pela LDB o ensino de arte é obrigatório e o ensino de música também. Música não é arte? O que vai

11. <http://www.faeb.com.br/livro/Mesas%20rendondas/ensino%20da%20arte%20na%20educacao%20basica.pdf>. Acesso em 15/02/2012.

12. Id, ibid.

13. Os grupos de pesquisa atuantes na área de arte são numerosos, diversificados e produtivos em todas as áreas. Por exemplo, na reunião de grupos ocorrida no VI Congresso da ABRACE (São Paulo, 2010) estiveram presentes cerca de 70 líderes de grupos de teatro e dança.

acontecer com aqueles 50 minutos destinados às aulas de arte por semana em muitas grades curriculares da Educação Básica? E onde fica o ensino de teatro, dança e artes visuais? Como as escolas irão interpretar essa lei?¹⁴.

Ocorre que com a promulgação da lei 11769/2008 tornando o ensino da música um conteúdo obrigatório do componente curricular arte – mas não exclusivo –, tornou-se necessário negociar as condições para implantação dessa nova estratégia nas escolas, além de garantir que as demais orientações sejam igualmente contempladas. A complexidade desse cenário decorre da seguinte constatação: várias pesquisas comprovam que a maioria das escolas não atende às exigências legais, que geralmente dão conta apenas de uma dentre as quatro linguagens, e que o professor desconsidera (ou desconhece) os PCN, dentre outras distorções.¹⁵

Tendo em vista a dificuldade em resolver tamanhos impasses através da simples interlocução direta com secretarias, conselhos etc. – além da burocracia que torna-se sempre um impeditivo – resta às associações de área congregar a mobilização e o convencimento das pessoas e instituições no sentido de respeitar o dispositivo legal que se tem a favor da arte e da formação cultural do cidadão brasileiro. Esse bom combate, diga-se de passagem, deveria ser usado para extinguir uma das heranças nefastas da educação artística, conforme aconselha a Presidente da ABEM Magali Kleber,

O momento carece de um contundente posicionamento político da classe para romper

com o modelo de um perfil polivalente o qual não contribui para um novo paradigma educacional que venha a compor o quadro de professores de Arte que [...] tem formações em linguagens específicas¹⁶.

Mas pode-se afirmar que do ponto de vista legislativo a situação da arte nunca foi tão favorável como agora, embora os obstáculos na esfera administrativa sejam impeditivos de uma prática efetiva junto aos programas e projetos voltados para as camadas mais desfavorecidas. Outro obstáculo: muitos dos pólos de excelência antes existentes em diferentes rincões foram sendo minguados pelo abandono, embora em alguns lugares os persistentes vivam sob constante ameaça.

Contudo, a despeito dos problemas de gestão no âmbito da educação escolar, assiste-se atualmente a uma verdadeira revolução que se corporifica através de propostas de arte/educação desenvolvidas em comunidades, geralmente vinculadas a programas governamentais (Cultura Viva, Escola Aberta, PROEXT, PIBID etc.) ou contando com o apoio de instituições vinculadas ao terceiro setor. Essas iniciativas, quando desenvolvidas com seriedade e orientação segura, constituem-se em instrumentos de empoderamento reflexivo sobre o contemporâneo, trabalhando o pensamento criativo dos jovens na ambiência dos seus contextos sociais e culturais, oferecendo à escola ensinamentos de superação e amor à vida.

Com base nas argumentações delineadas até aqui, infere-se que o momento atual

14. Id, ibid.

15. A pesquisa *A prática como componente curricular da formação inicial de professores de teatro: análise de experiências extensionistas na UFMA* (Relatório de 2010), desenvolvida pelo autor, confirma que na cidade de São Luís poucas escolas ofertam o ensino de teatro, sendo que são raras as que oferecem a dança. Por sua vez, o trabalho de doutoramento de Andréia Fernandes de Andrade (em desenvolvimento no PPGAC/UFBA com orientação do Prof. Dr. Daniel Marques da Silva) comprova situação semelhante na capital baiana. O que é pior: no interior desses dois estados o cenário é ainda mais tenebroso.

16. <http://www.faebr.com.br/livro/Mesas%20rendondas/ensino%20da%20arte%20na%20educacao%20basica.pdf>. Acesso em 16/02/2012.

desafia as entidades públicas – e em especial as associações acadêmicas – no sentido de empreender ações de impacto social que contribuam para a promoção de políticas públicas voltadas para a educação básica e formação cultural dos brasileiros. Uma dessas frentes a ser priorizada reporta-se à absorção de especialistas para desenvolver esses programas e projetos pois, com a demanda configurada pelo crescimento populacional, e considerando ainda os avanços sociais conseguidos pela sociedade brasileira na última década, faz-se necessário dar um peso maior à preparação de quadros (docentes de arte, artistas, agentes culturais etc.) e à contratação desses profissionais, tendo em vista a ampliação das estratégias de ação política. Para Magali Kleber,

Trata-se de se pensar em ações que se projetem para espaços materiais e simbólicos de criação artística, proporcionando a mediação entre a cultura, a educação e o cidadão. São questões que carecem que se debruce sobre a dinâmica de uma realidade complexa, sobre as novas propostas e desafios, buscando constituir um mosaico orgânico entre o saber científico, o saber popular e a prática social. E, sobretudo, reconhecer a escola como o espaço genuinamente democrático para todos os brasileiros terem acesso ao saber sistematizado e articulado com as diversas identidades culturais.¹⁷

Concluindo, observa-se que as brechas para penetração nesses espaços, a capilaridade das propostas ensejadas pelo movimento dos profissionais e estudantes, a atitude de resiliência individual e coletiva, a capacidade de dialogar e convencer, a busca de financiamento para propostas permanentes e eventos de extensão, dentre outros atributos, são algumas das condições postas para a luta organizada na perspectiva de futuro mais promissor.

Referências

- BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: memória e história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações curriculares para o ensino médio - linguagem, códigos e suas tecnologias*. Vol. 1. Brasília, MEC, 2005.
- MARQUES, Isabel Marques. *Linguagem da dança: arte e ensino*. São Paulo: Editora Digitexto, 2010
- RICHTER, Ivone Mendes. Histórico da FAEB: uma perspectiva pessoal. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: memória e história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- SANTANA, Arão Paranaguá de. Trajetória, avanços e desafios do teatro-educação no Brasil. In: *Revista Sala Preta* (USP), São Paulo, v. 2, p. 143-154, 2003.
- SANTOS, Regina Márcia Simão (Org.); DIDIER, Adriana Rodrigues; VIEIRA, Eliane Maria; ALFONZO, Neila Ruiz. *Música, cultura e educação – os múltiplos espaços de educação musical*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

Nota

Arão Paranaguá de Santana professor e pesquisador vinculado à Universidade Federal do Maranhão desde 1992, com atuação na Licenciatura em Teatro e no Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade. Coordenador do grupo de pesquisa "Pedagogias do teatro e ação cultural" (Lattes-CNPq), que se volta para as áreas de ensino da arte, formação de professores, pedagogia do teatro, ação cultural em comunidades e arte contemporânea. Publicou os livros "Teatro e formação de professores" e "Visões da Ilha - apontamentos sobre teatro e educação", além de vários capítulos em coletâneas, artigos em revistas especializadas e comunicações em anais de congressos. Em 2006 recebeu da Câmara de Vereadores de São Luís (MA) o título "Cidadão Ludovicense" pela contribuição na área de arte e cultura, e em 2011 a láurea "Palmas universitárias" por sua atuação propositiva junto à Universidade Federal do Maranhão. Preside atualmente a Federação de Arte-Educadores do Brasil e faz estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Goiás.

17. Id, ibid.